

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

RENOUARD (Yves). — *Études d'Histoire Médiévale*. Paris. S.E.V.P.E.N. 1968. Publicação da "École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques — VIe Section". Coleção "Bibliothèque Générale". 2 volumes. 1100 pp. 98 Francos.

Os colegas e amigos de Yves Renouard, brutalmente morto aos 57 anos, quiseram oferecer à sua memória a publicação dos seus variados artigos dispersos em numerosas revistas francesas e estrangeiras. Foi a VI Secção (Ciências Económicas e Sociais) da Escola Prática de Altos Estudos que se encarregou dessa tarefa. Nesses dois volumes encontramos, além dos seus estudos que se tornaram clássicos, um grande número de artigos dos mais variados interesses e de grande competência que demonstram, à saciedade, que Yves Renouard foi um dos historiadores que mais se distinguiram, depois da última guerra, na História Medieval. Além dos horizontes geográficos e culturais que lhe eram familiares — os do Atlântico franco-inglês, e do Mediterraneo hispano-italiano, tratou também, com maestria, de demografia, de técnicas comerciais e bancárias, etc. Enfim, foi um grande conhecedor da história medieval, procurando ver através dos grupos sociais, as ligações profundas entre as bases materiais e as formas e produtos da atividade criadora do homem da Idade Média. Com isso, nos deu uma vasta visão do que foi esse período da História. A obra é daquelas que se recomendam aos jovens estudiosos de História das nossas Universidades.

E. S. P.

* *
*

BERNARD (Jacques). — *Navires et gens de mer a Bordeaux (vers 1400-vers 1550)*. Paris. Publicação da "École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VIe Section". Coleção "Ports, routes, trafics". S.E.V.P.E.N. 3 vols. 1440 pp. 175 Francos.

As fontes francesas e inglesas da história marítima de Bordéus, para onde afluíam os navios e os marinheiros de toda a Europa atlântica e dos mares estreitos, oferecem um vasto campo de observações ao historiador das técnicas navais e das gentes do mar do XV e XVI século. Elas permitem não somente verificar todos os carregamentos que a conquista da Guyenne pelos franceses impuzeram ao grande porto gascão, como também seguir a evolução e os progressos que se realizaram nessa época no domínio da construção, das enxarcias, da concepção e da exploração dos tipos locais de pequenos barcos de cabotagem, da manobra e da navegação.

O Livro II, consagrado ao estudo da gente do mar e especialmente de todos aqueles — armadores, mercadores, patrões de galeotas, carpinteiros de marinha, etc. — que se acotovelavam no porto de Bordéus, procura esclarecer sua origem, sua condição material e moral, sua organização profissional, sua psicologia e sua maneira de ser, a bordo, nas escalas, em sua casa e no seio de sua família.

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

O estudo das primeiras expedições à Terra-Nova, que marcam para Bordéas o início de uma nova era, fornece uma espécie de fundo de pano geral da obra.

O volume de apêndices (o 3º), condensa, sob a forma de quadros, a substância de todos os documentos que interessam a história marítima de Bordéas — principalmente os milhares de conhecimentos e de fretamentos — anteriores a 1520, conservados nos arquivos notariais da *Garde-Note* bordelesa.

E. S. P.

* *
*

VIOTTI, S. J. (Pe. Hélio Abranches). — *Anchieta — O Apóstolo do Brasil*.
Edições Loyola, São Paulo, 1966, 340 páginas.

O livro que acaba de ser citado, tirou o 1º lugar no concurso promovido pela “Comissão Nacional das Comemorações do Dia de Anchieta”, em 1965. Esse resultado não causou a mínima surpresa entre os outros concorrentes, pois sabe-se que o Pe. Viotti é a maior autoridade sobre Anchieta, como demonstram os artigos e livros publicados; e como se pode verificar através das fontes e bibliografia que complementam a erudita biografia, da qual destacamos o seguinte:

— “A causa de beatificação do venerável padre José de Anchieta”. Rio, 1953. “Primeira visita de Nóbrega a Piratininga” em *Jornal do Comércio*, de 18-X-1953, e no periódico “O Estado de São Paulo”, de 25-X-1953. “Aspectos da Fundação de São Paulo, através de escritos nobreguenses”, em “*Revista de História*”, VI, 21 e 22 (janeiro-junho de 1955). “Para uma biografia de Nóbrega”, em “*Revista de História*”, VII, 28 (outubro-dezembro de 1956). “O processo remissorial de 1627-1628 em São Paulo relativo à canonização de Anchieta”, em “*Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*” (RAMSP), CLIX (1957). “Alguns documentos inéditos sobre o Pe. Anchieta”, em “*Revista de História*”, X, 39 (julho-setembro de 1959). “Anchieta, autor do Poema de Mem de Sá”, em “*Verbum*”, XX, 2 (junho de 1963), etc.

*

Tanto este livro como as outras obras são etapas preparatórias de uma obra definitiva, que está sendo preparada pelo autor. Essa obra definitiva, vai possivelmente ocupar um pósto alto na historiografia contemporânea.

O Prof. Viotti não se limita a uma biografia como se encontra nos dicionários e enciclopédias. O Prof. Viotti faz um estudo do século XVI apresentando excelentes resumos dos primeiros tempos da história do Brasil, dando mais atenção ao passado de São Paulo, conforme se pode ver através de alguns tópicos do índice.

“O Brasil ao tempo de Anchieta”, “São Paulo de Piratininga”, “A conversão do Brasil”, “Fundação do Rio de Janeiro”, “Catequese dos Maromís”, etc.

Pretendemos dividir esta resenha em duas partes:

Em primeiro lugar, apresentar um resumo do livro, porque Anchieta é uma personagem histórica estudada pelos alunos dos cursos primários, secundário e superior. Em segundo lugar, fazer algumas críticas e sugestões que eventualmente poderão ser usadas na obra definitiva.

*

No arquipélago das Canárias, localizado a oeste do Cabo Bojador, a maior e mais bela ilha é a de Tenerife. Essa ilha teve o feliz privilégio de ser o berço de uma personagem que futuramente seria um dos maiores e mais famosos vultos da história brasileira e portuguesa.

Essa personagem não era nada mais nada menos do que o futuro apóstolo José de Anchieta, que veio ao Brasil em 1553, com dezenove anos, como Irmão da Companhia de Jesus, por motivos de saúde, e mais tarde se associou ao Pe. Manuel da Nóbrega para catequisar os índios. Nóbrega já tinha vindo ao Brasil em 1549 com Tomé de Sousa, o primeiro governador. O Pe. Manuel da Nóbrega, era o Provincial de um grupo formado pelos padres João de Aspícueta Navarra, Leonardo Nunes, Antônio Pires, e dois irmãos leigos: Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Todos mandados por El-rei D. João III, o Colonizador, e por ordem do Pe. Inácio de Loila, fundador da Companhia de Jesus. A comitiva saiu de Lisboa no dia 1º de fevereiro, aportando na Baía de Todos os Santos, no dia 29 de março de 1549, quatro anos antes da chegada de Anchieta ao mesmo lugar.

Mas voltemos a Anchieta. Tendo êste nascido no dia consagrado a São José, 19 de março de 1534, seus pais, João López de Anchieta e D. Mência Dias de Clavijo y Llarena, deram-lhe o prenome de José. Anchieta era o terceiro filho do segundo matrimônio de sua mãe. Com mais dois do primeiro eram doze ao todo. Além de suas duas irmãs falecidas, cujos nomes não se sabe, Melchior, outro seu irmão, que morreu no México; Bartolomeu, também seu irmão, morreu combatendo em Flandres.

Até aos treze anos, Anchieta freqüentou escolas perto de casa, aos catorze em companhia de seu irmão mais velho Pedro Nuñez, foi ao colégio das artes em Coimbra; êsse colégio tinha excelentes professôres, Diogo de Teive foi ali seu mestre principal.

Anchieta em Coimbra era um dos melhores alunos, tendo muita vocação para a poesia latina. Foi aí que conheceu uma nova ordem religiosa, a Companhia de Jesus, fundada por um dos seus parentes o Pe. Inácio de Loiola. Aos 17 anos, em 1 de maio de 1551 Anchieta entrou na Companhia de Jesus, mas prosseguiu seus estudos de Filosofia.

Em fins de 1551 Anchieta sofreu uma grave moléstia na coluna vertebral, agravando-se dia a dia.

Essa terrível moléstia fez com que Anchieta em meados de 1552, se recohesse à enfermaria; os médicos não conseguiam fazer nada, quando um dêles declarou que o clima do Brasil seria ótimo para o enfêrmo.

Anchieta embarcou para o Brasil em princípios de 1553, e chegou em meados dêsse mesmo ano à terra de Cabral.

Em fins de 1553, Anchieta já estava curado, e juntando-se a Manuel da Nóbrega, passa a catequisar os índios.

Anchieta tendo começado seu serviço de catequese na Bahia, continuou-o mais ativamente, ao ser transferido para a capitania de São Vicente, sob as ordens do Pe. Manuel da Nóbrega. Fato histórico ocorreu a 25 de janeiro de 1554, com a fundação da Capela dedicada a São Paulo de Piratininga, nos campos de Piratininga, na qual Anchieta e outros jesuitas cooperaram. Fato histórico porque foi o berço desta grande Metrópole — “a cidade que mais cresce no mundo”. Além da capela havia um colégio. Anchieta ensinou aritmética, linguagem, ciências etc., às

crianças indígenas, de 1554 a 1563, pois foi o primeiro missionário que aprendeu a língua dos índios e até escreveu uma *Gramática*, que foi usada pelos seus discípulos

O único caminho que ligava as praias de São Vicente com a então vila de São Paulo era uma antiga trilha feita ao redor de 1500 pelos tupiniquins, e percorrida depois por Martim Afonso de Sousa e João Ramalho. Foi essa trilha que Anchieta percorreu em fins de 1563. O caso foi êste: tendo Mem de Sá suprimido a vila de Santo André, os antigos habitantes desta vila vieram para São Paulo e encheram de tal forma a aldeia, que a transformaram de uma simples aldeia numa importante vila, e Anchieta vendo que não tinha mais nada a fazer resolveu caminhar para o litoral e "transportar" o colégio para a cidade de São Vicente.

Anchieta pelo caminho espalhava paz e catequese entre os indígenas, como mostrou e provou o seu desejo de paz no armistício do Iperoigüe.

Anchieta ao chegar ao litoral da capitania estabeleceu lá de novo a sua catequese, como tinha feito em São Paulo durante nove anos (1554-1563). Na sua nova catequese no litoral fez a mesma coisa do que fez em São Paulo, só que durante dois anos (1563-1565), Anchieta se notabilizou pelo hábito de escrever poemas na areia das praias, com um tóco de madeira, sendo o mais famoso o poema dedicado à Virgem Maria.

As autoridades portuguesas encarregaram o capitão Estácio de Sá de aproar na Guanabara e libertá-la dos tamoios que a ocupavam; Anchieta e Nóbrega partiram para a Guanabara para servirem como mediadores.

A 6 de julho de 1565 Estácio de Sá obteve vitória sobre os tamoios. Logo depois, a 20 de janeiro de 1565, Estácio fundou a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Depois Anchieta voltou para São Vicente onde se ocupou também em pregações. E assim ficou Anchieta até 1574. Nesse ano começou a mais brilhante catequese realizada por Anchieta: a catequese dos maromomis.

Depois disso Anchieta foi por terra à Bahia de onde voltou em 1577. Entre 1578 e 1588 Anchieta fundou as aldeias de Reritiba, de São Inácio, ou Reis Magos.

Em 1591 Anchieta chegou à capitania do Espírito Santo, e em 1596 caiu enfermo. No dia 8 de junho de 1597 Anchieta piorou muito e seu estado era desesperador. No dia seguinte morreu.

Desde a sua chegada ao Brasil até à sua morte Anchieta tinha catequizado cerca de 9.000 indígenas.

Anchieta chegara, usando métodos próprios, como teatro, festas, procissões, a ensinar latim aos aborígenes. Era um verdadeiro professor, como poucos assim existem.

O mais notável de seu caráter foi o espírito voluntário de catequisar os indígenas, por instinto religioso.

Críticas e Sugestões.

Sugerimos que se imprimisse um roteiro com os caminhos trilhados pelo apóstolo Anchieta. Assim como mapas das capitanias de São Vicente e de Espírito Santo.

Sugerimos também que se fizesse *fac-simile* dos principais textos estudados, assim como se fez a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, na *Revista de História* nº 73 (janeiro-março-68) páginas 200 a 227.

Considerando que o autor escreveu sobre o século XVI, empregando expressões que atualmente não estão mais circulando (ex. "fogos", "advernas", "pro-

víncias”, “línguas”, “abará”, “negros” etc.) seria interessante que o autor apresentasse um vocabulário semelhante ao que escreveu a professora Alice Canabrava na Introdução à reedição do livro de Antonil, *Riquezas e opulências do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967, págs. 113-123.

Outra observação. O autor não se preocupou muito com a sucessão dinástica e a cronologia, provocando confusão, ao deixar de dar os ascendentes e descendentes de seu biografado e de outras personagens citadas.

Estas observações poderão ser eventualmente aproveitadas pelo autor na obra definitiva.

JOAQUIM MANUEL BRANDÃO DE CARVALHO

* *

*

REIS FILHO (Nestor Goulart). — *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*.

São Paulo. Pioneira. 1968. 235 págs., com ilustrações.

Este livro, com algumas modificações, é a tese de Livre-Docência apresentada pelo Professor Nestor Reis à Cadeira de História da Arquitetura III da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, em 1964, tese em que procura “contribuir para o conhecimento sistemático do processo de urbanização no Brasil colonial e, através deste, para o conhecimento dos principais determinantes da Arquitetura urbana colonial”.

Numa bibliografia que já vai se tornando rica sobre os problemas de evolução urbana no Brasil — onde se destacam Richard Morse, Caio Prado Jr., Geiger, Aroldo de Azevedo, Pasquale Petrone, Maria Luiza Marcílio, Sylvio de Vasconcelos entre outros, — o presente trabalho de Nestor Goulart Reis Filho assume importância na medida em que vem discutir a dimensão social e colonial do nosso processo de urbanização. Sabendo o Autor que as formações urbanas brasileiras podem ser discutidas e analisadas sob um prisma científico, mostra que “não constituem um conjunto de dados aleatórios mas são parte de uma estrutura dinâmica — a rede urbana — que deve ser compreendida” (pág. 15) se se deseja entender as formações urbanas de nosso país.

Mas a colocação básica do trabalho é dada quando o Autor vai mostrar que tal estrutura dinâmica (rede urbana) está sujeita a um “processo de origem social — processo de urbanização — que determina o aparecimento daquelas formações” (pág. 15). Para tal análise vai indicar a necessidade do conhecimento do *sistema social da Colônia*, bem como das linhas gerais da política de colonização portuguesa. Todo o primeiro capítulo da obra em questão é dedicado ao estudo da organização político-administrativa e do relacionamento entre a estratificação social e organização econômica, sendo ponto de maior interesse a análise das atividades econômicas urbanas e as camadas sociais correspondentes (pp. 49 a 65), onde mostra que “não sendo possível aos centros urbanos desenvolverem formas de economia complementares da rural, apenas uma parcela muito pequena dos rendimentos da colônia permanecem no meio urbano, com um esboço de comércio ou manufatura, praticamente inexistente nos centros menores e apenas presente nos de maior importância” (p. 50). Embora o Autor reconheça que não houve nos núcleos brasileiros uma economia urbana própria “senão na segunda metade do século XVII”, existiam atividades econômicas regulares, de caráter urbano, que correspondiam à parcela permanente de sua população. Nestor Goulart considera e examina com cuidado todas as formas de rendimento na

colônia, capazes de explicar a existência de pequenos grupos de população nas povoações, mesmo nas mais humildes. Saber em que medida seus componentes influíram na vida e na economia urbana pelo número e pelos recursos financeiros correspondentes, eis a tarefa a que se propõe, embora reconhecendo (nota 84) estar em assunto pouco aprofundado pelos autores de história econômica.

Neste item, talvez dos mais sugestivos pela sua abordagem histórica, vai tratar do comércio e dos comerciantes (págs. 51 a 60); os ofícios mecânicos, funcionalismo e profissões (págs. 60 a 64) e, num breve sub-item, da mineração e dos mineradores (págs. 64 e 65).

Quanto ao lado político da problemática acima proposta, Nestor Goulart vai indicar que as relações entre política de colonização e o processo de urbanização expressam-se por uma ordem eventualmente elaborada em *teoria* mas necessariamente elaborada na prática, que é a política urbanizadora (pág. 15). Que entende ele por política urbanizadora? "A política urbanizadora deve ser entendida aqui como um esforço para controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização. O grau de controle pode variar, assim como o grau de teorização da política assumida. O objetivo é demonstrar que a política urbanizadora tem como decorrência direta uma rede, e que ambas determinam os papéis que os centros urbanos vão desempenhar no sistema. No caso brasileiro, em decorrência do regime colonial, Portugal se colocava na origem das transformações do sistema social, como agente da política de colonização e como parte importante dessa, da política de urbanização" (pág. 66).

No 3º capítulo, considerando o fato urbano como uma decorrência direta do processo de urbanização, vai indicar que "seu estudo deve tomar como ponto de partida a rede urbana, que é o conjunto das respostas às solicitações do processo. A significação dos núcleos ou de suas partes só pode ser compreendida quando referida ao contexto mais amplo, que é a rede. Ainda que se exponha a política urbanizadora antes de caracterizar a rede, devido à escolha de uma determinada ordem de exposição, o conhecimento daquela só se completa com o conhecimento desta, que é, afinal, a concretização da política urbanizadora. O avanço ao Norte, durante o governo dos Filipes, no princípio do século XVII ou o avanço dos portugueses ao Sul, em direção ao Prata, após a Restauração, somente ficam esclarecidos pelo conhecimento da amplitude da própria rede" (pág. 78).

Embora considere que a análise da formação e evolução da rede urbana brasileira apresenta alguns problemas de ordem *espiritualmente histórica* (p. 78), acha expressivo o Autor fazer o exame da distribuição *geográfica* do desenvolvimento da rede (ver págs. 82 e 83).

Na segunda parte de sua obra, Nestor Goulart, sempre preocupado com a teorização de sua matéria, vai analisar os núcleos urbanos (dispersão e centralização) e a organização espacial dos núcleos urbanos (examinando aí o crescimento dos núcleos e os elementos da organização espacial).

No tratamento metodológico desses problemas, os fatos urbanos, em seus aspectos espaciais, foram tratados em dois níveis distintos: "O nível mais amplo, a rede, como o conjunto ordenado dos elementos espaciais e o nível mais restrito, o núcleo, como parcela ordenada e a unidade daquele conjunto. No estudo dos núcleos, procurou-se identificar, ainda que de forma sumária, o modo pelo qual as características dos principais tipos de edifícios são determinadas pela

maneira segundo a qual se inserem no quadro social e espacial dos centros urbanos” (pág. 15).

Quer-nos parecer que o problema central que o Autor se propõe é saber como se transforma a ação colonizadora no decorrer do processo de colonização, qual sua dinâmica, sobretudo no que tange o sistema social e espacial da Colônia. Como pode ser vista tal transformação da ação colonizadora? Pelo “índice de urbanização”, que “varia conforme a situação” (pág. 91). O trecho que se segue é claro:

“... Nos primeiros dias da urbanização brasileira, quando as populações viviam protegidas pelos muros, o índice de urbanização era praticamente total. Foram os raros anos em que o fluxo de capitais se fez dos mercados urbanos europeus para a retaguarda rural.

Com a dispersão, o índice de urbanização desceu aos mais baixos graus. Todos os homens válidos, com seus capitais disponíveis, tentaram o sucesso na empresa agrícola comercial, cujos lucros médios alcançavam cerca de 4% ao mês. Depois de 1650, com a queda dos preços do açúcar e a centralização, começa a crescer novamente, atingindo valores elevados na região mineira. Seriam esses os elementos que, além dos fatores dinâmicos eternos, viriam lentamente provocar mudanças no mercado urbano da Colônia”. (págs. 91 e 92).

As relações entre a composição da população e seu reflexo na rede urbanística gerada na colonização é vista lucidamente quando mostra que tal composição da população diferia segundo seu papel no conjunto da rede (pág. 99).

E' com tais coordenadas que o Autor estrutura a análise dos fatores de dispersão ou de centralização na constituição dos núcleos urbanos, lembrando que as transformações operadas com a política de centralização — que exigiu a instalação de órgãos político-administrativos mais complexos — não eram apenas quantitativos (um maior número de bispados, por exemplo) mas também qualitativas (necessidade de maior adestramento, engenheiros militares etc.) (pág. 105).

No último capítulo, o Autor trata, de maneira menos teórica (mas segundo a metodologia adotada até então), da organização espacial dos centros urbanos. Examina o crescimento dos núcleos (pág. 112 e segs.), e os elementos da organização espacial (pág. 122 e segs.).

No crescimento dos núcleos examina concretamente os estímulos bem como os obstáculos ao processo. Entre estes últimos, indica como “as pequenas sesmarias concedidas na fase inicial” vão se transformando em “verdadeiras barreiras ao crescimento” (pág. 117).

Entre os elementos da organização espacial vai indicar a *situação* (bem como as funções que a aglomeração poderá desempenhar) no conjunto da rede e do processo de urbanização), o *sítio* (discutindo a natureza do solo, relevo etc.), o *traçado* (discutindo padrões de racionalidade e regularidade, pág. 127); *bairros* e *zoneamento* (discutindo os fatores naturais que levaram às separações, isto é, às formações de bairros, pág. 150); as *construções* (discutindo os padrões das construções urbanas como reflexos das condições de evolução das aglomerações, pág. 153) que subdividiu em “Construções particulares de residência e trabalho”, “construções oficiais” e “construções religiosas”.

Em suma, o Autor procurou demonstrar que o “estudo da urbanização como processo social permite, no caso do Brasil colonial, captar com segurança os aspectos relevantes da sua evolução” (pág. 183). Discutindo a política urbaniza-

dora, parte das bases econômicas da colonização para a montagem da rede urbana, lembrando que tanto portugueses como holandeses procuraram concentrar recursos para núcleos maiores e controlar indiretamente as demais povoações. “Colocados em face das mesmas condições, dois tipos de colonizadores comportavam-se de forma semelhante” (pág. 185).

O presente trabalho possui uma metodologia muito bem fundada em Weber (pág. 20). O acurado estudo realizado tem preocupações com a evolução histórica da colonização e da urbanização a partir de um sistema social, e podem ser vistas na obra em discussão algumas das preocupações que impeliram o historiador português José-Augusto França a analisar, em trabalho clássico, a Lisboa pomalina.

GISELDA MOTA

* *
*

VILLENA (Guillermo Lohmann). — *Les Espinosa. Une famille d'hommes d'affaires en Espagne et aux Indes à l'époque de la colonisation*. Paris. 1968. Publicação da “École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques — VIe Section”. Coleção “Affaires et gens d'affaires”. 259 pp. 38 Francos.

Este livro é o primeiro que aborda sistematicamente o estudo do comércio e das empresas de um ponto de vista global na transição do XV para o XVI século da colonização da América. A primeira parte do volume começa por uma breve nota relativa à cidade castelhana de Medina de Rioseco, berço da família Espinosa, sítio de feiras medievais e meio propício ao desenvolvimento de uma família de mercadores. Seguem-se três capítulos nos quais estão descritas as atividades de cerca de 250 membros da numerosa dinastia dos Espinosa, dedicados na sua maioria ao comércio, à indústria e ao banco a partir dos meados do XV até os meados do XVII século. A área das operações abrange simultaneamente a Europa e as terras recentemente descobertas de Além-mar. O centro dirigente enraizou-se em Sevilha, onde os Espinosa fundaram um banco.

E' a vida do membro mais importante da família: o Licenciado Gaspar de Espinosa (1477?-1537), que é descrita na segunda parte do livro. Alcaide-Mor e ao mesmo tempo chefe de empresa de “conquista” em Castela de Ouro, exerceu a seguir funções políticas em Madri, foi magistrado em São Domingos; armador, comerciante e agente de banco no Panamá, onde agiu como agente capitalista na conquista do Perú, tornando-se aí conselheiro e assessor de Francisco Pizarro.

Quatro apêndices de documentos reúnem as cartas atualmente conhecidas de Espinosa, os negócios comerciais de seus subordinados e os contratos para o financiamento da conquista do Perú. Para a redação do volume foram utilizadas informações oriundas dos arquivos e bibliotecas de Valladolid, Simancas, Granada, Sevilha, Madri, Washington e Lima.

M. R. C. R.

* *
*

QUINTAS (Amaro). — O sentido social da Revolução Praieira. São Paulo. 1968. Civilização Brasileira.

Bem andou o Professor Amaro Quintas em reeditar seu excelente ensaio sobre o “sentido social da revolução praieira”, publicado pela primeira vez em 1946. Aliás, no caso quase podemos dizer que se trata de edição e não de reedição, pois as duas primeiras tiragens do seu trabalho tiveram circulação limitada. Da primeira vez foi publicado como tese de concurso à cadeira de História do Brasil, do velho e tradicional Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, e como de comum acontece com os trabalhos dessa natureza, praticamente teve sua circulação restrita àquêles que assistiram as provas de concurso e a alguns privilegiados aos quais o Autor pôde distribuir o trabalho. Da segunda vez, estampou-o na *Revista de História*, em 1954, graças à gentileza de seu Diretor, Professor Eurípedes Simões de Paula e por empêho do autor destas linhas. Entre uma e outra tiragem, ambas de circulação restrita e fora do comércio, como lembramos, coube ainda a quem esta subscreve publicar pequeno artigo no número inaugural da mesma *Revista de História*, em tão boa hora fundada em 1950. O que se pretendeu nesse pequeno artigo foi tão somente chamar a atenção dos leitores do sul do Brasil para o trabalho do ensaísta pernambucano e, tanto quanto possível, divulgar algumas das idéias contidas em seu estudo, o primeiro visando a uma interpretação social do simpático movimento de 1848.

Lembrávamos que até então nenhum dos historiadores que se ocuparam da “Praieira” (e não foram muitos) viu nela mais do que um movimento político, a traduzir a rivalidade de liberais e conservadores em torno da qual girou praticamente a vida política do segundo reinado. Abrimos uma exceção para Joaquim Nabuco, o único que, de fato, havia percebido alguma coisa além do comum dos autores, dedicando à apreciação do movimento diversas páginas de sua obra capital, embora a sua preocupação não fôsse senão a de ressaltar a atuação do pai como juiz dos revolucionários. Todavia, embora discordando inteiramente dos motivos e dos ideais da revolução, fez Nabuco um trabalho honesto, sabendo ver o lado sério da revolta e reconhecendo o papel que nela tiveram as massas. “Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular”, lembrava o autor de “Um estadista do Império”, para concluir: “Muito provavelmente a praieira representa a queixa de uma população contra sua triste condição”. Aliás, não fazia o grande estadista senão repetir o pensamento de seu progenitor: “Não se trata ali (na Praieira) somente de questões políticas; a estas questões políticas estão associadas questões sociais e as questões sociais são de grande alcance, de grande perigo”.

Realizando acurada pesquisa nos arquivos pernambucanos, manuseando coleções de jornais e outras publicações da época, penetrando fundamente nas idéias dos responsáveis pelo movimento, através de seus escritos, pôde o ilustre professor do Recife apresentar-nos algo de novo, fornecendo como que uma primeira mão nesse trabalho de interpretação de um dos principais movimentos de nossa história. A situação social, econômica e política de Pernambuco nos meados do século passado conduzia ao descontentamento em que vivia a maior parte da população, à hostilidade para com as classes dominantes, à aspiração, duma organização mais racional e compatível com a época, à arregimentação de forças capazes de, a qualquer momento, tentar solapar a estrutura social e econômica (e conseqüentemente política), à infiltração de idéias propagadas por algumas figuras curiosas que então habitavam o Recife: Antônio Pedro de Figueiredo,

Soares de Azevedo, Abreu e Lima, Borges da Fonseca, quase todos cultores do socialismo utópico da Europa daqueles dias, entusiasta de Fourier, de Saint-Simon, de Louis Blanc, de Owen, especialmente depois da chegada ao Recife de Louis Vauthier, engenheiro francês de tendências socialistas, igualmente cultor daqueles autores, e cujas idéias foram em Pernambuco por êle divulgadas. Sôbre a figura curiosa dêste Vauthier, contratado pelo conde da Boa Vista, então presidente da província, para realizar algumas obras públicas no Recife, Gilberto Freyre escreveu um de seus mais notáveis ensaios (*Um engenheiro francês no Brasil*), cabendo ainda ao autor de *Casa Grande e Senzala* divulgar em primeira mão o diário daquele engenheiro, fonte preciosa para o conhecimento de Pernambuco na época. Aliás, neste setor das fontes, cumpre ressaltar que ainda ao Professor Amaro Quintas a história das idéias no Brasil ficou devendo a divulgação de um dos documentos mais valiosos para o conhecimento da época, qual a revista *O Progresso*, de Antônio Pedro de Figueiredo, cujos números foram todos reproduzidos num belo volume editado pelo Arquivo Público de Pernambuco, com introdução e anotações do professor Quintas.

Interessou especialmente ao autor de *O sentido social da revolução praieira*, que muito oportunamente a Civilização Brasileira acaba de pôr ao alcance dos estudiosos, em edição comercial, a filiação da "Praieira" ao socialismo europeu manifestado na revolução de 1848. Aquele espírito *quarent-huytard*, que êle próprio estudou numa conferência que teve a feliz idéia de juntar ao volume que ora se publica. Aliás, foi oportuna a junção ao presente volume de outros trabalhos menores que o professor Amaro Quintas havia publicado em opúsculos ou em revistas locais de pequena circulação. Em *O sentido social da revolução praieira*, tal como foi publicado pela Civilização Brasileira, temos, pois, tudo que o Professor Quintas escreveu sôbre o palpitante tema. Outros assuntos existem na História de seu Estado à espera de sua capacidade de pesquisa, de análise e de interpretação. De um outro já nos deu prova: a revolução de 1817. Porque não reeditá-lo?

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

LIMA SOBRINHO (Barbosa). — *Presença de Alberto Tôrres: sua vida e seu pensamento*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968. 520 páginas.

Indegavelmente a maior figura de pensador político do Brasil republicano, construtivo e consequente, Alberto Tôrres sempre teve uma visão muito nítida dos problemas brasileiros, e estava pronto a exercer a sua ação benéfica como um programa político que, à época, era superior a qualquer plano partidário.

Suas propostas de reforma, mais políticas que econômicas, não sofriam a invalidade da imitação estrangeira, nem favoreciam os grupos, especialmente os agentes estrangeiros da exploração comercial. As reformas teriam a via revisionista constitucional, uma limitação que nem sempre apareceu como uma panacéia, mas que tinha a vantagem de ser apoiada pelo nacionalismo compreensivo, tranqüilo e irreduzível. Compreende-se, portanto, que numa época em que se fala tanto de *realidade brasileira*, a obra do grande pensador fluminense esteja novamente em evidência. Daí a oportunidade do presente volume sôbre a *presença de Alberto*

Tôrres, tanto mais que os outros volumes que já lhe haviam sido dedicados (Sabóia Lima, Cândido Mota Filho, Alcides Gentil) eram inacessíveis, por inteiramente esgotados, ao leitor brasileiro de hoje.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

RODRIGUES (Lêda Boechat). — *História do Supremo Tribunal Federal*. Volume II: *Defesa do Federalismo (1899-1910)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1968. 242 páginas.

O primeiro volume desta importante obra foi publicado em meados de 1965, abarcando o tormentoso período de afirmação do Supremo Tribunal. A segurança das informações, o colorido das pinceladas panorâmicas e o agudo senso de interpretação fazem do seu estudo um sumário da história do Brasil através dos episódios e problemas que chegaram à côrte suprema. Ao volume inicial subtitulou "Defesa das liberdades civis", abrangendo de 1891 a 1898. Este segundo volume tem por subtítulo "Em defesa do federalismo", estende-se de 1899 a 1910, período cuja tônica foi a construção do nosso federalismo, tarefa para a qual não bastava o freqüente apêlo às fontes norte-americanas. Outros problemas significativos foram, então considerados: a ameaça dos monarquistas; as relações do Estado com a Igreja; as primeiras experiências de utilização do *habeas corpus* para garantir o exercício de funções legislativas e direitos políticos; a consolidação do poder de polícia do Estado em matéria sanitária; os privilégios dos concessionários de serviços públicos, entre outros. Obra indispensável, não apenas para a história jurídica (como à primeira vista o título pode dar a entender), mas para a história social e política do Brasil republicano.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

PEREIRA (Luiz Carlos Bresser). — *Desenvolvimento e crise no Brasil entre 1930 e 1967*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1968, 216 págs.

A preocupação fundamental do presente livro é expor o processo do desenvolvimento econômico brasileiro de 1930 para cá como um contexto, com tôdas as suas implicações sociais e políticas, e não como um fenômeno setorial. A indagação básica que formula é saber o que de fato ocorreu a partir da revolução de 1930 e, particularmente, o que está ocorrendo de 1966 a nossos dias, período da história brasileira tão conturbado politicamente, revolucionário econômica e socialmente, pleno de contradições e por isso mesmo rico de ensinamentos, desde que saibamos ver com clareza as causas profundas dessa crise brasileira que dura já há quase quarenta anos. Quais são, afinal, os traços fundamentais, definidores, de processo histórico contemporâneo? Na tentativa de responder, ainda que incompletamente, a essa ambiciosa pergunta, viu-se o autor levado a formular numerosas outras indagações, visando a esclarecer questões que vão desde uma classificação precisa do modelo de desenvolvimento ocorrido no Brasil até a viabi-

lidade do desenvolvimento capitalista ou possibilidades, em termos realistas, de uma solução de tipo socialista para as condições específicas brasileiras.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *

*

KENNEDY (John F.). — *The Burden and the Glory*. Editado por Allan Nevins. Prefácio do Presidente Lyndon B. Johnson. Harper & Row, Publishers. New York, Evanston, and London. 1ª edição, 1964. 293 págs. US\$ 4.95.

Dos discursos proferidos pelo presidente John F. Kennedy nos 2 últimos anos de sua administração (16 de novembro de 1961 a 22 de novembro de 1963) foram selecionados alguns dos mais característicos de seu entusiasmo e de sua boa vontade assim como da sua constante preocupação em estabelecer e conservar a paz.

A obra acha-se subdividida em nove partes de acôrdo com o temário.

Na política interna os problemas abordados com maior vigor são os de desemprego, da segregação racial e da preocupação com o bem-estar social.

Na política externa o problema da paz, da independência, da inter-dependência e da ajuda ao estrangeiro.

Tudo isto é tratado com entusiasmo juvenil e com fé imensa na humanidade.

Por todos os modos o presidente quer resolver a questão do desemprego apresentando soluções e concluindo que ao concretizá-las:

pág. 5.

“... *We can show the whole world that a free economy need not be an unstable economy, that a free system need not leave men unemployed, and that a free society is not only the most productive but the most stable form of organization yet fashioned by man*”.

E ao mostrar a necessidade premente de conseguir empregos em número suficiente para os que deles necessitam diz:

pág. 216:

“*The hinge of history will move if we are not able to find jobs for our people, not only during recessions but also during periods of prosperity*”.

O desemprego faz-se sentir sobretudo para os jovens que iniciam a vida. O presidente sente-o muito bem quando afirma:

pág. 220.

“*We urgently need a youth-employment opportunities program to give young people training and job experience instead of hanging around the streets, out of work and out of hope*”.

e ainda referindo-se à mesma questão:

pág. 222.

“... *we must create more than ten thousand new jobs every day*”.

O problema da segregação racial, tão evidente nos Estados Unidos, constituiu preocupação constante para John F. Kennedy que lutava com tôdas as suas forças para resolver algo que se nos afigura insolúvel:

pág. 7.

“... *America stands for progress in human rights as well as economic affairs, and a strong America requires the assurance of full and equal rights to all its citizens, of any race or of any color*”.

Referindo-se ao fato de que apenas 15% dos negros em idade de votar usufruíam do seu direito dizia:

pág. 175.

"This cannot continue. I am, therefore recommending legislation to deal with this problem of judicial delay and administrative abuse..."

Nada melhor para defender seus pontos de vista sobre a injustiça da desigualdade racial do que:

pág. 181.

"Today we are committed to a world-wide struggle to promote and protect the rights of all who wish to be free, and when Americans are sent to Vietnam or West Berlin, we do not ask for whites only. It ought to be possible, therefore, for American students of any color to attend any public institution they select without having to be backed up by troops".

No problema do negro:

pág. 182.

"We are confronted primarily with a moral issue. It is as old as the Scriptures and as clear as the American Constitution".

e ainda:

pág. 183.

"I am, therefore, asking the Congress to enact legislation giving all Americans the right to be served in facilities which are open to the public- hotels, restaurants, theaters, retail stores and similar establishments".

De maneira magistral apresenta a verdade que por ser tão simples escapa à compreensão da maioria:

pág. 184.

"It seems to me that these are matters which concern us all, not merely Presidents or Congressmen or Governors, but every citizen of the United States".

Para Kennedy o problema do bem estar social era de suma importância e devia ser colocado muito acima dos problemas bélicos:

pág. 9.

"... this nation cannot afford to maintain its military power and neglect its brainpower".

Apenas 1% do orçamento dos Estados Unidos é gasto em ajuda externa aplicada na metade do globo. Apesar de o achar proveitoso e necessário o presidente John F. Kennedy acha que ao próprio país compete a incumbência de resolver seus problemas internos:

pág. 160.

"It is the people of the Latin America who must undergo the agonizing process of reshaping institutions, not the people of the United States. It is the people of Latin America who must draw up development programs and mobilize their total resources to finance those programs, not the people of the United States. It is the people of Latin America whose cities and farms, homes and halls of government will bear the shock wave of rapid change and progress, not the people of the United States. It is the people of Latin America who will have to modify the traditions of centuries, not the people of United States. Certainly we in the United States cannot fail to do so little when so much is at stake for so many".

Este auxílio externo, o presidente o considera não só necessário como útil para o próprio Estados Unidos. Declara-o claramente:

pág. 145.

"But foreign aid is not advanced only out of American economic self-interest. The gulf between rich and poor which divides the Family of Man is an invitation to agitators, subversives and aggressors".

Ao mesmo tempo Kennedy não quer que apenas o lado econômico fique em pauta. Destaca logo a seguir o lado humano.

pág. 145:

"... foreign aid is in our economic self-interest. It provides more than a half million jobs for workers in every state. It finances a rising share of our exports and builds new and growing export markets..."

A Aliança para o Progresso não, tem para êle um interêsse imediatista:

pág. 161.

"... If (Aliança para o Progresso) is not an external aid program. It is more than a cooperative effort to finance development plans. It is a battle for the progress and freedom of nations. And it must be fought on every front of national interest and need".

A meta final do seu govêrno era:

pág. 10.

"... a single goal — the goal of a peaceful world of free and independent states".

E esta paz êle a compreendia de modo extremamente grandioso:

pág. 53.

"I am talking about genuine peace, the kind of peace that makes life on earth worth living, the kind that enables men and nations to grow and hope and to build a better life for their children — not merely peace for Americans, but peace for all men and women; not merely peace in our time, but peace for all time".

Mas nos tempos presentes êste mundo livre e independente não poderia deixar de ser interdependente.

pág. 19.

"... outgrowing and transcending the hates and fears that rend our age".

Todos os seus discursos mostram uma infinita fé num futuro em que os ódios serão desconhecidos e em que a paz e a compreensão imperarão e gerarão prosperidade:

pág. 29.

"We believe, moreover, that closer economic ties among all free nations are essential to prosperity and peace".

e na pág. 117:

"While each nation must naturally look out for its own interest, each nation must also look out for the common interest..."

Para executar êstes planos de paz e interdependência universal livre êle confia nos homens. Podemos ver esta confiança expressa nas seguintes palavras:

pág. 76.

"I believe that we can. I believe the problems of human destiny are not beyond the reach of human beings".

e ainda:

pág. 148.

"... And I am confident, if we maintain the peace, we shall in due season reap the kind world we shall have".

Esta obra de John F. Kennedy é finalizada com o discurso que nunca chegou a ser por êle proferido e que fôra escrito por ocasião de sua ida a Dallas — 22 de novembro de 1963.

VICTORIA NAMESTNIKOV EL MURR

* *
*

ANDRADE (Manuel Correia de). — *Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*. São Paulo. Brasiliense. 1968. 274 páginas.

Um dos mais notáveis geógrafos brasileiros, professor universitário em Pernambuco, contando já com larga bagagem de trabalhos de alto valor científico, o autor preenche, com a presente obra, uma grande falha na nossa literatura geográfica, isto é, um apanhado da geografia brasileira que, sem perder nada do rigor científico, dispense um desenvolvimento excessivamente técnico. O leitor encontrará nele não apenas uma descrição do nosso país naquilo que há de básico, e que vem a ser as suas feições geográficas, mas ainda e sobretudo, uma clara perspectiva de seus grandes e essenciais problemas socio-econômicos.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

CARONE (Edgard). — *A primeira república: texto e contexto*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. 302 págs. (Col. "Corpo e alma do Brasil, v. 29).

Resultado de pesquisas e leituras feitas para um trabalho sobre a primeira república, o autor preferiu elaborar um livro de textos sobre o período, reunindo peças documentais importantes para a caracterização de um período que, embora possua ampla documentação, tem sido muito pouco analisado. Damos a palavra ao apresentador do volume, Prof. Fernando Henrique Cardoso, responsável igualmente pela coleção em que a obra foi incluída: "A simples coleção dos textos básicos e quase desconhecidos pelo público sobre a história política, econômica e social do período que vai de 1889 a 1930 justificaria a publicação e o interesse do livro. Entretanto, por trás da modéstia do autor, que se encobre como antologista neste livro, está a visão erudita e inteligente do historiador: a escolha e a ordenação dos textos revelam por si uma interpretação. Mais ainda: Edgard Carone anotou, com sensibilidade e discrição, o significado histórico dos documentos escolhidos e procurou dar, sinteticamente, um quadro de referências para o leitor. O leitor encontrará, nas quatro partes em que se divide o livro ("História e organização política"; "A economia"; "As classes sociais"; "As forças armadas") e no epílogo (sobre a participação do povo na história republicana), não apenas um roteiro dos acontecimentos marcantes da Primeira República, como o subsídio ordenado para uma análise de inter-relação entre política, processo econômico e protago-

nistas sociais da história. E verá que Carone, embora mostrando que o sistema oligárquico, a economia exportadora, as classes agrárias e a burguesia a elas ligadas constituíram o trajeamento da República Velha, não deixou de mostrar que no processo histórico certas organizações, como as forças armadas, ganham autonomia relativa de propósitos e de ação. Por isso sua intervenção nos acontecimentos não pode ser analisada como mera decorrência da dinâmica do sistema oligárquico-exportador: faz-se necessário compreender os objetivos e interesses peculiares dessas organizações para que sua ação possa ser historicamente compreendida da forma correta. Da mesma maneira, sem deixar de considerar que a política no período era basicamente de cúpula, Carone agrega documentos para mostrar que as classes médias e o povo (como opinião pública, pressão popular, voto ou movimento de massa) constituíram o contraponto da política republicana. Por todos esses motivos, *A Primeira República* passará à categoria de texto de referência obrigatória para a análise e compreensão do período republicano de 1889 a 1930”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS